

O **Informativo Mensal de Conjuntura** faz parte das publicações e análises efetuadas pela equipe técnica do Boletim de Economia e Tecnologia publicado trimestralmente. O Informativo apresenta uma análise rápida dos principais indicadores conjunturais da economia brasileira, com dados atualizados até o mês anterior à publicação e é disponibilizado aos leitores interessados entre os dias 15 e 20 de cada mês. O *Download* gratuito pode ser feito no site www.boletimdeconjuntura.ufpr.br.

POLÍTICA MONETÁRIA E INFLAÇÃO

De acordo com o Relatório Focus, que é um levantamento feito pelo Banco Central do Brasil com cerca de 80 bancos e empresas de consultoria, a estimativa média do mercado para a inflação do corrente ano, medida pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), será de 6,40%. No entanto, já há instituições que apostem que o IPCA ficará acima do teto de 6,5%.

Segundo expectativas do próprio Banco Central, um conjunto de cinco instituições cujas projeções têm se mostrado mais precisas, estimam a inflação de 2008 em 6,60%.

O mesmo de comportamento de alta pode ser observado na Tabela 1 em relação ao IGP-DI, IGP-M e o IPC da Fipe para 2008. Com exceção do IPC-Fipe, para 2009, todos os índices de inflação exibiram um comportamento de alta.

TABELA 1 – EXPECTATIVA DE MERCADO DA INFLAÇÃO - 2008-2009

Mediana	2008				2009			
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comportamento da semana	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comportamento da semana
IPCA(%)	5,55	6,30	6,40	Alta	4,60	4,8	4,91	Alta
IGP-DI (%)	9,01	11,36	11,41	Alta	5,0	5,10	5,30	Alta
IGP-M	8,73	11,00	11,25	Alta	4,86	5,03	5,24	Alta
IPC-Fipe	5,50	5,85	6,33	Alta	4,40	4,50	4,50	=
Taxa de Câmbio - fim de período	1,7	1,67	1,5	Baixa	1,78	1,77	1,75	baixa
Taxa de Câmbio - médio	1,70	1,69	1,68	Baixa	1,76	1,74	1,74	=
Selic - fim de período	14	14,25	14,25	=	12,50	13,50	13,50	=
Selic - média	12,53	12,56	12,56	=	12,87	13,55	13,80	Alta

FONTE: Relatório Focus, Banco Central do Brasil.

A elevação do IGP-DI, indexador dos contratos das dívidas renegociadas em governos anteriores, eleva o gasto com juros dos governos estaduais.

A inflação, considerada a evolução dos índices de preços ao consumidor e por atacado, apresentou contínua elevação ao longo do trimestre encerrado em maio, com expectativas de alta para 2009.

Embora essa conjuntura tenha se originado, com maior intensidade, das pressões no segmento de itens alimentícios, em linha com o processo global de elevação dos preços dos alimentos, outros preços da economia também apresentam tendência de alta, conforme evidenciado pelos crescimentos dos núcleos de inflação e do índice de difusão pelo Banco Central. Nesse contexto, a política monetária segue de forma conservadora.

Na última reunião do COPOM (Comitê de Política Monetária), realizada nos dias 3 e 4 de junho, foi deliberado o aumento da taxa de juros básica SELIC de 11,75% a.a. para 12,25% a.a., sem viés. A expectativa do mercado para o ano de 2008 é que a SELIC fique em torno de 14,25% a.a. Nesse cenário, a taxa de câmbio teria uma importante apreciação, chegando a R\$ 1,5 por dólar.

No contexto exposto, o mercado espera uma queda da taxa de juros básica em 2009, bem como, um arrefecimento da taxa de inflação em relação ao corrente ano.

NÍVEL DE ATIVIDADE

O IBGE divulgou, no início de julho, os indicadores referentes à atividade industrial brasileira no mês de maio. Na passagem de abril para maio de 2008, já considerando os ajustes sazonais, houve uma retração de 0,5% na atividade industrial geral. Em relação a maio de 2007, a produção industrial apresentou um aumento de 2,4%. No acumulado do ano de 2008 até o mês de maio, comparado com igual período do ano anterior, a indústria apresentou expansão de 6,2%.

A Tabela 2 apresenta os indicadores da produção industrial por categoria de uso. Na passagem de abril para maio destaca-se a forte retração de 4,9% na produção de bens de capital, após quatro meses consecutivos de crescimento. Esse resultado, apesar de ainda não indicar uma tendência de queda, gera preocupações em relação à expansão da capacidade de oferta da economia. A categoria de bens de consumo duráveis também apresentou retração nessa passagem, da ordem de 1,3%. No entanto, a categoria de bens semiduráveis e não duráveis apresentou expansão de 1,3%, bem como a categoria de bens intermediários, com aumento de 0,3%.

No comparativo entre os meses de maio de 2007 e de 2008, a categoria de bens de capital apresentou considerável expansão: 5,8%. Deve-se considerar ainda que maio de 2008 apresentou dois dias úteis a menos em relação ao mesmo mês do ano anterior. Nesse comparativo, o setor de bens de consumo duráveis também apresentou expansão, mostrando que ainda é cedo para se concluir se a atividade industrial entrará em retração ou se manterá a tendência de crescimento.

TABELA 2 - INDICADORES DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL POR CATEGORIA DE USO- BRASIL – MAIO DE 2008

Categorias de Uso	Variação(%)			
	Abr/Mai-2008*	Mai-2007/Mai-2008	Acumulado no Ano	Acumulado 12 Meses
Bens de Capital	-4,9	5,8	16,3	19,2
Bens Intermediários	0,3	2,3	5,2	5,4
Bens de Consumo	0,3	1,4	4,7	5,4
Duráveis	-1,3	6,0	13,7	13,2
Semi-Duráveis e Não Duráveis	1,3	-0,1	1,8	3,1
Indústria Geral	-0,5	2,4	6,2	6,7

FONTE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

NOTA: (*) série com ajuste sazonal

A Tabela 3 apresenta os indicadores conjunturais da indústria para maio. Nesse mês, cabe destacar o crescimento de 0,8% na folha de pagamento real em relação a abril. Apesar disso, o número de horas pagas retrocedeu em 0,7%, bem como o nível de pessoal assalariado em 0,1%. Na comparação entre maio de 2007 e maio de 2008, a folha de pagamento real apresentou um expressivo crescimento de 7,0%, enquanto o nível de pessoal ocupado assalariado cresceu 2,1%. No acumulado do ano de 2008 até maio, comparado com o mesmo período do ano anterior, observa-se o também bom crescimento da folha de pagamento real da ordem de 6,4%.

TABELA 3 - INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIABRASIL – MAIO DE 2008

Variáveis	Variação(%)			
	Abr/Mai-2008	Mai/2007-Mai/2008	Acumulado no Ano	Acumulado 12 Meses
Pessoal Ocupado Assalariado	-0,1	2,1	2,8	2,7
Número de Horas Pagas	-0,7	1,6	2,6	2,4
Folha de Pagamento Real	0,8	7,0	6,4	6,1

FONTE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

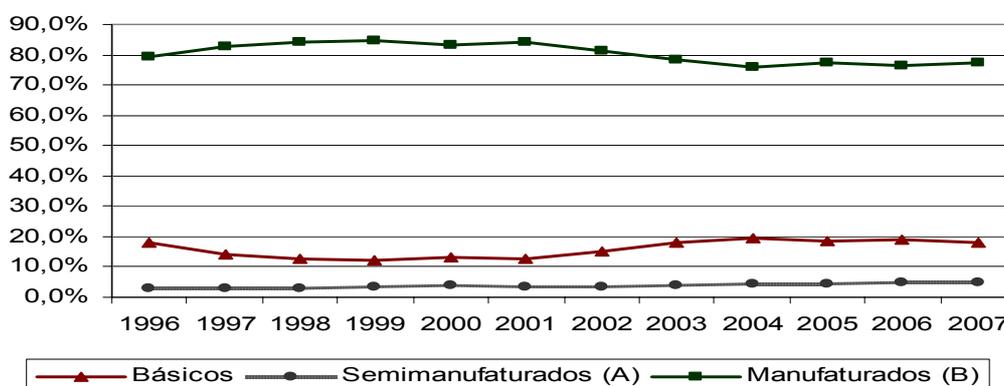
NOTA: (*) série com ajuste sazonal

ECONOMIA PARANAENSE

Pelo Gráfico 1, podemos observar que entre 1996 e 2007 a participação das importações brasileiras de produtos básicos permaneceu praticamente constante, apesar da variação ocorrida entre os dois períodos com uma perda seguida por um ganho de participação relativa. Sua participação na pauta de exportações passou de 17,8% para 17,9%, no período.

De qualquer forma, a participação dos produtos manufaturados na pauta de importações brasileira é alta, girando em torno de 80%, no período em questão. Esse valor é alto quando comparado à participação das exportações de manufaturados na total exportado, que estava em torno de 50% em 2007 (informativo do mês de fevereiro de 2008).

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR FATOR AGREGADO

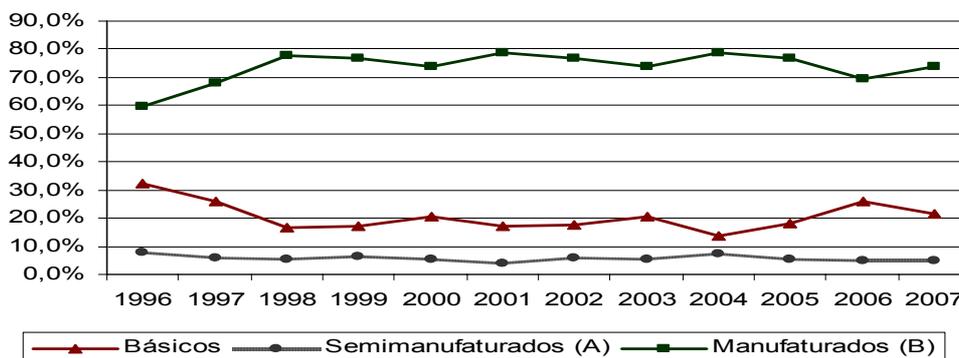


FONTE: Elaboração própria a partir do SECEX/MDIC

O problema dessa estrutura diferenciadas nas pautas de exportação e importação é a dinâmica de cada uma delas. Os produtos manufaturados tendem a ter uma maior elasticidade renda. Desse modo, as importações brasileiras tendem a responder mais a variações na renda doméstica em relação às exportações quando ocorrem alterações na renda externa.

Pelo Gráfico 2, podemos constatar que os produtos manufaturados ganharam participação na pauta de exportação paranaense no começo do período (1996-1998). Após esse período ocorreram oscilações da participação dos manufaturados no total exportado pelo estado, mas com uma tendência de queda. No período como um todo, essa participação passou de 60% para 74%.

GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES PARANAENSES POR FATOR AGREGADO



FONTE: Elaboração própria a partir dos dados do SECEX/MDIC

Assim como para a economia brasileira, a participação dos manufaturados nas exportações paranaenses estava perto dos 50% em 2007. Assim, o estado também poderá enfrentar um problema de acordo com a diferente dinâmica dos produtos exportados e importados quando ocorrer uma mudança do cenário internacional que atualmente se encontra favorável aos produtos básicos.

SETOR EXTERNO

Em junho de 2008, a balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 2,7 bilhões. Entretanto, o superávit de junho foi 33% menor do que o de maio, e 28% menor do que o do mesmo mês de 2007.

Na primeira semana de julho, com apenas quatro dias úteis, as exportações foram de US\$ 3,19 bilhões, enquanto as importações acumularam US\$ 2,89 bilhões, o que resultou num superávit de US\$ 305 milhões.

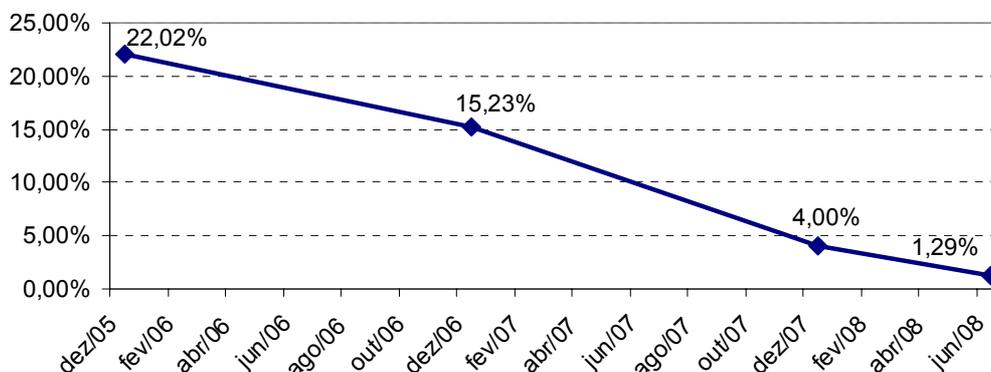
Nesses quatro dias úteis, as médias das exportações foram de US\$ 796,8 milhões por dia, o que corresponde a uma alta de 24,15% sobre a média da primeira semana de julho de 2007. Tal alta se deve, principalmente, a um aumento de 40,5% no valor de exportações de produtos básicos (destacando-se a soja, carnes, minérios de ferro e de cobre), de 20,9% no valor das exportações de semimanufaturados (especialmente óleo de soja e alumínio em bruto) e de 10,4% no valor das exportações de manufaturados (com destaque para tubos de ferro fundido, tratores e suco de laranja, entre outros).

Já a média das importações na primeira semana de julho foi de US\$ 720,5 milhões, ou 47% maior do que a média da primeira semana de julho de 2007. Os principais fatores que levaram a tal elevação foram a alta de 276,2% no valor das importações de adubos e fertilizantes, de 86% no caso de siderúrgicos, de 64% no de combustíveis e de 46,6% para equipamentos elétricos e eletrônicos.

No dia 09 de julho as reservas internacionais do Banco Central do Brasil somavam US\$ 202,52 bilhões, o que representa uma alta de 1,94% em relação ao mês anterior. No período de 27/06 a 11/07 o BC realizou a compra de US\$3,7 bilhões, sinalizando a intensa propensão da autoridade monetária em absorver a de entrada de dólares no país de forma a evitar maior apreciação cambial.

No mês de junho 89,70% das reservas internacionais eram representadas por títulos de moeda estrangeira (em divisas conversíveis). O total de moeda e depósitos em bancos sediados no exterior, que representava 22,02% da composição de ativos de reserva oficiais em dezembro de 2005, continua caindo acentuadamente e, em junho de 2008, representava apenas 1,29% do montante de reservas internacionais, como podemos ver no Gráfico 3:

GRÁFICO 3 - PARTICIPAÇÃO DOS DEPÓSITOS EM BANCOS ESTRANGEIROS NAS RESERVAS TOTAIS



FONTE: BACEN.

Por sua vez, os investimentos estrangeiros diretos já contabilizam US\$13,983 bilhões no período de janeiro a maio do ano corrente, o que representa um aumento de 32,75% em relação ao mesmo período do ano anterior. Ao mesmo tempo o investimento brasileiro direto no exterior representou saídas líquidas, entre janeiro e maio de 2008, de US\$7,575 bilhões, contra os US\$7,066 bilhões do mesmo período do ano passado.

FINANÇAS PÚBLICAS

A arrecadação do governo central no mês de maio foi de R\$ 54,83 bilhões, 13,71% inferior aos R\$ 63,54 bilhões arrecadados em abril. Esta queda se deve, em grande parte, à redução sazonal de 17,19% na arrecadação do tesouro nacional sobre o IRPF, IRPJ, CSLL e TFF. No ano, as receitas somam R\$ 288,74 bilhões, um montante 17,26% superior ao arrecadado nos cinco primeiros meses de 2007. O crescimento da economia, a elevação nos níveis de preços e ações do tesouro para recuperação de débitos em atraso, além do aumento das receitas sobre IRRF e IOF, explicam, em grande medida, o resultado obtido.

As despesas, por sua vez, cresceram 3,3% entre abril e maio. O acumulado em 2008 registra R\$ 181,31 bilhões, 9,14% a mais do que no mesmo período do ano anterior. As despesas em maio aumentaram devido aos acréscimos nos desembolsos com pessoal e encargos sociais, abono e seguro desemprego e, principalmente, devido aos investimentos da rubrica custeio e capital.

O saldo do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), em maio de 2008, foi de 2,754 bilhões negativos e de R\$ 15,293 bilhões negativos, no acumulado de 2008. O déficit previdenciário como percentual do PIB caiu, entre janeiro e maio de 2008, para 1,34%, em relação ao 1,71% registrado no mesmo período de 2007. O aumento da arrecadação sobre a folha de pagamento, devido ao aumento da massa salarial, possibilitou tal redução.

O resultado primário do governo central em maio foi de R\$ 5,49 bilhões, 67,44% a menos do que os 16,85 bilhões registrados em abril. O acumulado em 2008 registra R\$ 53,63 bilhões, 43,27% superior ao observado no mesmo período de 2007. Sem considerar as transferências aos estados e municípios, o resultado primário como proporção do PIB foi de 4,7% ante os 3,7% alcançado em 2007.

TABELA 4 – RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – MAIO/2008

Descrição	R\$ milhões					
	Jan-Maio (2007)	Jan-Maio (2008)	Var. (%)	Abril (2008)	Maio (2008)	Var. (%)
RECEITA TOTAL	246.231,2	288.738,0	17,26	63.541,3	54.830,0	-13,71
Receitas do Tesouro	193.806,8	227.504,8	17,39	50.766,4	42.038,1	-17,19
Receitas da Previdência Social	51.907,5	60.560,0	16,67	12.641,6	12.650,0	0,07
Receitas do Banco Central	516,9	673,2	30,24	133,3	141,9	6,48
TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	42.669,2	53.796,0	26,08	10.442,0	11.894,4	13,91
RECEITA LÍQUIDA TOTAL	203.562,0	234.942,0	15,42	53.099,3	42.935,7	-19,14
DESPESA TOTAL	166.129,7	181.313,2	9,14	36.247,3	37.448,1	3,31
Pessoal e Encargos Sociais	46.312,0	49.571,7	7,04	9.074,9	9.387,7	3,45
Benefícios Previdenciários	69.304,9	75.852,8	9,45	15.428,8	15.403,5	-0,16
Custeio e Capital	49.547,4	54.757,3	10,52	11.497,3	12.432,6	8,14
Transferência do Tesouro ao Banco Central	215,2	310,9	44,47	74,0	63,3	-14,55
Despesas do Banco Central	750,2	820,5	9,37	172,3	161,0	-6,54
RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	37.432,4	53.628,7	43,27	16.852,0	5.487,5	-67,44
Tesouro Nacional	55.063,1	69.068,8	25,44	19.678,2	8.260,1	-58,02
Previdência Social (RGPS)	-17.397,4	-15.292,9	-12,10	-2.787,2	-2.753,5	-1,21
Banco Central	-233,3	-147,3	-36,87	-39,0	-19,1	-51,09
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL/PIB	3,7%	4,7%	-	-	nd	nd

FONTE: Resultado Primário do Governo Central - Secretaria do Tesouro Nacional. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/downloads/resultado/2008/Tabelas_mai2008.xls.

A dívida líquida do setor público (DLSP) aumentou 1,3% entre abril e maio, passando de R\$ 1.153,3 bilhões para R\$ 1.168,27 bilhões. Como proporção do PIB, no entanto, a DLSP passou de 40,96% para 40,81%, no mesmo período. A parcela correspondente à dívida do tesouro nacional foi de 60%, ou R\$ 692,1 bilhões. Houve um acréscimo de 2,5 bilhões no estoque da dívida interna líquida do tesouro em maio, que foi compensado, parcialmente, pela apreciação cambial.

A dívida pública mobiliária federal interna (DPMFi) registrou emissões no montante de R\$ 22,9 bilhões em maio, sendo 37% em títulos pré-fixados, 33,23% indexados à Selic e 0,06% remunerados pelos índices de preços. Já a dívida pública mobiliária federal externa (DPMFe) totalizou R\$ 1,4 bilhão em emissões e R\$ 940 milhões em resgates. Ainda, a DPMFi aumentou sua participação no total da dívida pública federal em maio ao atingir 92,7% ante os 92,44% de abril.

O prazo médio da Dívida Pública Federal (DPF) foi de 41,17 meses em maio, o que representa uma redução de 0,48 meses, em relação a abril. O custo médio, por sua vez, aumentou para 12,03%. O aumento nos índices de preços que remuneram boa parte dos títulos contribuiu substancialmente para este resultado.



BOLETIM ECONOMIA & TECNOLOGIA
Informativo do Mês de Julho de 2008



Carlos Eduardo Fröhlich. Matemático pela UFPR. Área de concentração: macroeconomia.
carlos.e.frohlich@gmail.com

Geraldo Staub Filho. Mestrando em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Área de concentração: macroeconomia.
gutostaub@yahoo.com.br

Guilherme R. S. Souza e Silva. Mestrando em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Consultor do Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG). Foco de estudo na área de Macroeconomia.
guilherme.fdg@uol.com.br

Luciano Ferreira Gabriel. Mestre em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Professor da UniBrasil. Área de concentração: inflação e política monetária.
lucianofg@gmail.com.

Luciano Nakabashi. Doutor em economia pelo CEDEPLAR/UFMG, professor adjunto do departamento de economia da UFPR e coordenador do boletim de *Economia & Tecnologia*. Área de concentração: macroeconomia, crescimento econômico e economia paranaense.
luciano.nakabashi@ufpr.br

Rafael Camargo de Pauli. Mestrando em Desenvolvimento Econômico pela UFPR e supervisor geral do boletim de *Economia & Tecnologia*. Área de concentração: macroeconomia.
rafaelcdp@gmail.com.